

Revolução Silenciosa

28 DEZ 1997

Com discrição e firmeza, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, dá seguimento à ampla e silenciosa metamorfose da educação no Brasil. No ensino básico, com o fundo de valorização do magistério, em vigor já em janeiro de 98, repassando diretamente recursos às escolas sem a intermediação de políticos, alocando verbas de acordo com o número de alunos matriculados, elevando o salário do professor e melhorando as condições gerais do ensino.

No superior, ao consolidar o exame de fim de curso – o provão – destinado a aferir a qualidade do ensino universitário e impor um critério meritocrático ao diploma. A forma moderna e comprovada de obter bons resultados consiste em garantir liberdade às instituições e estabelecer posteriormente um *ranking* no ensino superior. O controle *a posteriori* – a avaliação de resultados – é mais eficiente do que o controle *a priori* – o acompanhamento dos processos – normalmente burocrático, autoritário e ineficiente. Prova disso é o novo clima de emulação inaugurado entre universidades que já estavam acomodadas na tradicional reputação de qualidade.

O Ministério da Educação foi exemplar ao perfilar um princípio moderno embora impopular entre administradores empreguitas e corporativos: não se trata de aplicar muito, mas de aplicar bem, cobrando a seguir desempenhos economicamente competitivos e socialmente justos. A idéia é exigir que cada qual em seu nível cumpra suas responsabilidades, em vez de ficar fazendo *lobby* para conseguir mais recursos públicos, depois desperdiçados com favores e politicagem.

O critério é a excelência: elevar o padrão

educacional de toda a população, não apenas de uma parcela. Para isso deve-se investir fortemente no ensino primário – reduzindo o grande contingente de reprovados e reduzindo também o índice de evasão no primeiro grau, que empurra alunos de baixo desempenho para mercados de trabalho periféricos ou para o desemprego. Situação constrangedora em época de acelerado crescimento científico e tecnológico e no momento em que o país se mostra atraente para investimentos produtivos a longo prazo.

O Brasil está no momento empenhado nessa decisiva correção de rumo. A autonomia universitária não é mais encarada apenas como garantia de gestão financeira independente – a mera administração burocrática dos gastos do governo na instituição – mas como capacidade de elaborar orçamentos equilibrados e competentes, produzir pesquisas de alto nível, elaborar parcerias criativas com a iniciativa privada.

O Brasil tem de se livrar dos feudos universitários burocráticos, empreguitas e ineficientes, regidos pelo famigerado *pacto da mediocridade*, em que professores fingem ensinar e alunos fazem de conta que aprendem. A qualidade da universidade americana é garantida pela autonomia financeira, a flexibilidade administrativa e pela competitividade assegurada pela avaliação externa e independente, que depois é publicada na imprensa.

O Brasil se deu conta, afinal, que não pode ser uma nação moderna e competitiva se continuar com um sistema de ensino calamitoso, até mesmo para os padrões latino-americanos. O trabalho do ministro Paulo Renato é de longo prazo, mas decisivo para alçar o país ao patamar das nações do primeiro pelotão.